

POLÍTICA MOÇAMBICANA

Domingo, 01 de Junho de 2025 | Ano VI, n.º 694 | **Director:** Prof. Adriano Nuvunga | **www.cddmoz.org**



CRIMES DE GOVERNAÇÃO IMPUNES!

SUSTENTA rejeitado e legado criminoso confirmado — onde estão as instituições de justiça?

• "Que projecto? Não sei", disse o Ministro da Agricultura, Ambiente e Pescas, Roberto Albino, reagindo a perguntas de jornalistas sobre o projecto.





Introdução

orreu o Projecto de Gestão Integrada de Agricultura e Recursos Naturais (SUSTENTA). A morte do projecto, que foi criado¹ em 2016 e inicialmente implementado nas províncias de Nampula e Zambézia, e a partir de meados de 2019 expandido para o resto do país, foi anunciada² na semana passada pelo Ministro da Agricultura, Ambiente e Pescas, Roberto Albino. A decisão do novo governo confirma o que sempre dissemos: que o projecto, que foi bandeira de governação de Filipe Nyusi, não passou de um um embuste, cuja criação visava interesses políticos, dos quais a consolidação da influência do antigo ministro da Agricultura e pai do projecto, Celso Correia. O projecto deixa um legado³ de gestão danosa e criminosa com dívidas para o erário público. Com o anúncio do seu fim sem que se tenham sido alcançados os objectivos da sua criação, o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) reitera a necessidade de intervenção das instituições da Justiça para a responsabilização dos mentores do projecto com particular destaque para Celso Correia.



Projecto não cumpriu o seu mandato

Aquando da sua criação, o SUSTENTA vendeu a ilusão de um programa que pretendia a integração dos produtores em cadeias de valor, através de apoios directos no fornecimento e uso de insumos, à mecanização e à introdução de inovações tecnológicas. Também apareceu com o discurso de pretender promover um upgrade técnico das explorações dos PACE (Pequeno Agricultor Comercial Emergente) e, estes, por sua vez, influenciarem e/ou apoiarem os PA (Pequenos Agricultores) nas suas zonas de influência.

Entretanto, o cruzamento de estudos⁴ e de informação disponível mostra que o projecto não cumpriu o mandato para o qual foi criado. Foi um projecto partidarizado. A partir de um modelo de gestão altamente centralizado, andou mergulhado na corrupção e alimentou redes clientelistas com fins partidários. Resultados de uma avaliação do Obdos⁵ em 27 de Julho do ano passado, indicam que o programa era implementado de forma centralizada em termos administrativos e era descoordenado inter-sectorialmente nos diferentes níveis territoriais e não era transpar-

Apesar de o programa se propor a promover um upgrade técnico das explorações dos PACE e estes, por sua vez, influenciarem e/ou apoiarem os PA nas suas zonas de influência, o OMR concluiu na sua avaliação o seguinte: "Os pequenos produtores dizem-se secundarizados em relação ao programa".

A avaliação do OMR concluiu que o programa é altamente centralizado. E uma das evidências que traz para ilustrar a centralização é a assistência dos tractores. No período em análise, os técnicos e o material usado para a reparação dos tractores saíam de Maputo. Isto teve um impacto no tempo de renão está suportado por investigação.

No que concerne a questões ambientais, a pesquisa constatou que "poucas acções são difundidas em defesa dos eventos climáticos extremos". É preciso lembrar que Moçambique é ciclicamente afectado por eventos climáticos. O programa, segundo os pesquisadores, não possuía uma concepção de desenvolvimento rural integrado. Do ponto de vista de políticas públicas, a avaliação mostra que há comparticipação do Estado no investimento aos equipamentos, taxas de juro abaixo dos praticados no mercado e períodos de amortização alargados, isto é, subsídios directos. No fundo é dinheiro perdido por parte do Estado, que dificilmente será recuperado. O programa fomenta a emergência de um grupo de produtores cujo processo de selecção obedece em primeiro plano questões partidárias. Segundo o OMR, servatório do Meio Rural da primeira fase do sposta e nos custos operacionais. Segundo o cerca de 90 por cento dos entrevistados na programa SUSTENTA (2016- 2019), divulga- estudo, o programa não cria cadeias de valor, pesquisa eram membros do partido Frelimo.

 $^{{}^{1}\}text{https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2025/01/SUSTENTA-De-Bandeira-de-Governacao-a-Embuste-que-Deixa-para-Tras-um-Legado-number 2012 and 2012 and$ de-Gestao-Danosa-e-Criminosa-com-Dividas-para-o-Erario-Publico.pdf

² https://integritymagazine.co.mz/arquivos/43440

³ https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2025/01/SUSTENTA-De-Bandeira-de-Governacao-a-Embuste-que-Deixa-para-Tras-um-Legadode-Gestao-Danosa-e-Criminosa-com-Dividas-para-o-Erario-Publico.pdf

⁴ https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/SUSTENTA-deixou-de-constar-das-prioridades-do-Governo-e-deixa-para-tras-um-lega $do-de-gestao-danosa-e-criminosa-com-dividas-para-o-erario-publico-1.pdf?fbclid=lwY2xjawHwSNxleHRuA2FlbQlxMAABHUWWZ_JSs-danosa-e-criminosa-com-dividas-para-o-erario-publico-1.pdf?fbclid=lwY2xjawHwSNxleHRuA2FlbQlxMAABHUWWZ_JSs-danosa-e-criminosa-com-dividas-para-o-erario-publico-1.pdf?fbclid=lwY2xjawHwSNxleHRuA2FlbQlxMAABHUWWZ_JSs-danosa-e-criminosa-com-dividas-para-o-erario-publico-1.pdf?fbclid=lwY2xjawHwSNxleHRuA2FlbQlxMAABHUWWZ_JSs-danosa-e-criminosa-com-dividas-para-o-erario-publico-1.pdf?fbclid=lwY2xjawHwSNxleHRuA2FlbQlxMAABHUWWZ_JSs-danosa-e-criminosa-com-dividas-para-o-erario-publico-1.pdf?fbclid=lwY2xjawHwSNxleHRuA2FlbQlxMAABHUWWZ_JSs-danosa-e-criminosa-com-dividas-para-o-erario-publico-1.pdf?fbclid=lwY2xjawHwSNxleHRuA2FlbQlxMAABHUWWZ_JSs-danosa-e-criminosa-com-dividas-para-o-erario-publico-1.pdf?fbclid=lwY2xjawHwSNxleHRuA2FlbQlxMAABHUWWZ_JSs-danosa-e-criminosa-com-dividas-para-o-erario-publico-1.pdf?fbclid=lwY2xjawHwSNxleHRuA2FlbQlxMAABHUWWZ_JSs-danosa-e-criminosa-com-dividas-para-o-erario-publico-1.pdf?fbclid=lwY2xjawHwSNxleHRuA2FlbQlxMAABHUWWZ_JSs-danosa-e-criminosa-c-c-c-c-danosa-e-c-danosa-e-c-danos$ jQSG2XI4AMDWmZNZNxVNUcZj7NUuTTmQMoTh-6sDm2JhG3PkQ_aem_dNkZeVZ2-qxNeL7ePhUhqQ

⁵ https://omrmz.org/observador/or-141-analise-do-projecto-sustenta-2017-2019/



Corrupção, legado de gestão danosa e dívidas

Dois relatórios do Tribunal Administrativo (TA) constataram uma gestão danosa de milhões de dólares no Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), o "saco azul" usado por Celso Correia para consolidar a sua influência no Governo e no Partido Frelimo. Dados de 2017, quando o FNDS (fonte de financiamento do SUSTENTA) ainda estava no extinto Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, indicam que só o Banco Mundial estava a injectar perto de 200 milhões de dólares nos projectos geridos pela instituição, através de subvenções, fundos fiduciários globais, empréstimos concessionais, pagamentos baseados no desempenho e constituição de um novo Fundo Fiduciário de Doadores Múltiplos e Específico para Moçambique.

O Fundo tinha uma actuação transversal que englobava energia rural, finanças rurais, água rural, estradas rurais, tecnologia rural, conservação, aterros (sanitários e industriais), novas centralidades, ordenamento do território, mudanças climáticas, terras, florestas e ambiente.

O vasto leque de áreas de actuação foi desenhado com o objectivo de impressionar os doadores a financiarem o Fundo, que rapidamente se transformou no "saco azul" usado por Celso Correia para cimentar a sua influência no Governo de Filipe Nyusi e no partido Frelimo. A narrativa de sucesso do SUSTEN-TA não resiste, quando confrontada com os dados oficiais sobre a insegurança alimentar em Moçambique.

Os dois relatórios e contas têm em comum o facto de revelarem uma gestão danosa, com requintes de crime organizado. Na parte referente ao SUSTENTA, o TA identificou vários problemas de gestão e de falta de transparência, com destaque para: falta de identificação das matrículas das viaturas beneficiárias de combustível; mecanismo de publicação das chamadas que não abrange todo o público-alvo; encarecimento de despesas e consequente incumprimento do plano do Projecto, motivado pela realização de despesas em meticais, com recurso a uma conta em dólares; inexistência de plano es-



tratégico do Projecto; falta de evidências de aprovação dos projectos financiados; falta de evidências de selecção dos PACE com base nos critérios definidos no manual de operações; falta de evidências que demonstram que os PACE possuem experiência em cadeias de valores; facturas sem a inscrição "pague-se" e sem a chancela do coordenador; cheques emitidos em nome dos colaboradores; processos de despesas com falta de justificativos.

Mas há outros problemas graves constatados pelo TA que efectuaram visitas aos PACE no âmbito da auditoria. Por exemplo, notouse a ausência de acompanhamento dos PACE por técnicos especializados dos serviços distritais; as alfaias agrícolas que receberam não são adequadas para o tipo de áreas de cultivo; os tractores e camionetas que receberam não possuem títulos de propriedade nem livretes, sendo a circulação mantida com recurso a verbetes que na maioria estão fora de prazo; muitos beneficiários não receberam treinamento para manusear os equipamentos recebidos; os PACE receberam sementes deterioradas, fora do prazo e em quantidades

incompletas.

Na campanha 2020/2021, os PACE perderam a campanha devido à má qualidade da semente. Mesmo assim, o fornecedor (Casa do Agricultor) não reembolsou as sementes aos PACE, apesar do preço incluir o seguro.

Os auditores não encontraram evidências de que os PACE possuem experiência na área de agricultura, uma das condições exigidas para beneficiar do SUSTENTA. Da análise efectuada aos processos dos PACE verificou-se que na lista dos beneficiários entregue à equipa de auditoria não foram apresentados os respectivos processos de procurement.

Esta constatação parece confirmar as queixas de que o financiamento do SUSTENTA beneficiou pessoas ligadas ao Partido Frelimo, sem ex- periência na agricultura. Muitos PACE não conseguiram apresentar aos auditores do Tribunal Administrativo os pequenos agricultores com quem trabalham nem os contratos assinados com os mesmos. O FNDS não faz a monitoria das actividades dos PACE e da rede de vendas após a campanha; não há registo da produção e das vendas realizadas pelos PACE.

Dívidas com os extensionistas

Um grupo de extensionistas ligados ao SUSTENTA esteve a marchar no dia 10 de Janeiro na cidade de Inhambane a exigir o pagamento dos seus ordenados. A última vez que viram a cor do dinheiro tinha sido em Agosto de 2024. O não pagamento de salários é um problema crónico neste projecto. Em Junho do ano passado, cerca de cinco mil extensionistas agrários a nível nacional procuraram o CDD para denunciar o não pagamento⁶ de salários. Depois de cinco anos do SUSTENTA, os extensionistas agrários sentem-se enganados por Celso Correia e por Filipe Nyusi. Todos os meses, os extensionistas vivem num cenário de incerteza. Não sabem exactamente quando terão salário.





Conclusão

O anúncio do fim do projecto não surpreende. É que o SUSTENTA já tinha deixado de constar das prioridades do anterior executivo. Ninguém mais falava do SUSTENTA, nem o seu criador, Celso Correia. Enfim, é o

fim. O que resta do programa é um legado de gestão danosa e criminosa com dívidas para o erário público, contraídas no Banco Mundial. Com o anúncio do seu fim, sem que tenham sido alcançados os objectivos da sua criação, o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) reitera a necessidade de intervenção das instituições da Justiça para a responsabilização dos mentores do projecto, com particular destaque para Celso Correia.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD - CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:

Rua de Dar-Es-Salaam N $^{\rm o}$ 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo. Telefone: +258 21 085 797

y CDD_moz

E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO















